

Espacialização e Subjetivação: a divisão do espaço sob reflexão Spatialization and Subjectivation: the division of space under reflection

Mateus de Moraes Servilha

Professor Efetivo da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais

servilhamateus@gmail.com

Resumo

Este trabalho consiste no estudo dos processos sociais que produzem, indissociadamente, espacializações e subjetivações. O objetivo deste artigo é refletir, a partir de discursos e práticas articulados em torno da ideia de região, a subjetivação como constituída e constituinte dos processos de divisão do espaço. Partindo de um diálogo com o conceito bourdieano de “di-visão”, analisamos recortes espaciais, em múltiplas escalas, que fronteirizam e classificam sujeitos, em geral a partir de uma racionalidade taxonômica e estigmatizante. A formação e desenvolvimento de regiões no Estado-nação são analisados a partir da negação do sujeito, apesar do discurso moderno de sua centralidade e protagonismo, através de um processo de subjetivação-objectificação subalternizada. O reconhecimento do sujeito como movimento fundamental para a ciência contemporânea, incluindo a Geografia, é debatido a partir do entendimento da indispensável inclusão da subjetivação nas análises das espacializações, assim como a partir da elaboração de reflexões geográficas que sejam atravessadas pelas (re)elaborações produzidas por grupos subjetivados através da disputa, discursiva e prática, das significações presentes nas divisões espaciais então naturalizadas.

Palavras-chave: Espaço, Sujeito, Divisão, Representação, Identidade

Abstract

This work focuses on the study of social processes that inseparably produce spatializations and subjectivations. The aim of this article is to reflect, based on discourses and practices articulated around the idea of a region, on subjectivation as both constituted by and constitutive of processes of spatial division. Drawing from a dialogue with Bourdieu's concept of "di-vision," we analyze spatial delimitations, at multiple scales, that create boundaries and classify subjects, generally through a taxonomic and stigmatizing rationale. The formation and development of regions within the nation-state are examined as processes marked by the negation of the subject, despite modern discourse emphasizing its centrality and protagonism, through a subordinated subjectivation-objectification dynamic. The recognition of the subject as a fundamental movement for contemporary science, including Geography, is debated through an understanding of the indispensable inclusion of subjectivation in the analysis of spatializations, as well as through the development of geographic reflections shaped by the (re)elaborations produced by subjectivized groups in their discursive and practical disputes over the meanings embedded in spatial divisions that have been naturalized.

Keywords: Space, Subject, Division, Representation, Identity

Introdução

Em nosso léxico cotidiano, usamos frequentemente o termo “região”, seja para nos referirmos a uma determinada área do espaço (“região onde moro”, “região em torno de”), seja para dizermos sobre regiões previamente delimitadas, em geral, as que aprendemos no currículo escolar (“Nordeste”, “Norte”, “Sudeste”, “Centro-Oeste”, “Sul”, “Agreste”, “Triângulo Mineiro”, “Vale do Paraíba”). O segundo caso nos interessa especificamente nesse trabalho. Um primeiro questionamento nos faz necessário. O Nordeste é uma região? O Sudeste é uma região? O Vale do Paraíba é uma região? Partimos, em geral, do pressuposto de que tal questão já foi por nós (ou para nós) respondida; de que na expressão, por exemplo, “Nordeste” estaria um fato dado da realidade, de que poderíamos caracterizá-lo enquanto uma região sem anteriores reflexões acerca dos processos socioespaciais que nos permitiriam, ou não, denominá-lo como tal.

Quando dizemos de uma área enquanto região, ocultamos em nosso discurso que dizemos, acima de tudo, de uma certa fração do espaço que, ao longo de um conjunto de processos sociais, passou a ser tratada como uma região. Falamos aqui da região produzida, delimitada, nomeada, classificada; a partir de constructos sociais, de um espaço geográfico. A compreensão dos processos de espacialização, incluindo os de “regionalização”, nos interpelam a interpretar a produção do espaço enquanto um verbo, uma ação (“geo-grafar”), que comporta diferentes sujeitos sociais, articulados em torno de distintos objetivos e práticas. A análise de processos históricos produtores da emergência de regiões aponta para a problemática da subjetivação. A espacialização e a subjetivação são, para esse trabalho, indissociáveis. O espaço geográfico somente pode ser inteligível se analisado articulado a diferenciadas práticas, representações, discursos e identificações constituintes e constituídos por suas divisões.

Entendemos que a Geografia, assim como outras áreas que abarcam a espacialidade, precisam, cada vez mais, se dedicar para a complexidade desse binômio espacialização-subjetivação. Quais os limites da região? A primeira resposta a nos ocorrer poderia estar relacionada a ideia de fronteiras regionais. Sem dúvida, essas, entendendo lógicas zonais e extensivas da espacialidade, permanecem altamente relevantes. Mas “limites regionais” podem também ser por nós entendidos, concomitantemente, associados à sua significação no mundo simbólico, na linguagem (nesse caso, falamos do par limite-

potência), enquanto uma categoria de interpretação da realidade, que tem a nos dizer sobre, entre outras questões, axiomas, ideologias, representações, imaginações, identidades, classificações, projeções e utopias.

Ao encontrarmos elementos simbólicos que dizem (e criam) uma região, nos é necessária uma desnaturalização da associação direta entre determinada área e determinada nomeação. Faz-se necessária uma “virada” em torno da “explicação regional”, na qual o foco não estaria na explicação das características que dariam homogeneidade/coesão à região, mas, geneologicamente, dos processos sociais que “fundam” (e, posteriormente, reproduzem e ou reinventam) a região. Que ideias e projetos estão em voga na divisão do espaço? Que representações foram acionadas em tal criação e quais foram produzidas? Que relações podemos encontrar entre representações e imaginários? Quem foram os sujeitos que protagonizaram a divisão desse espaço? Que sujeitos foram interpelados a se identificar com tal divisão e a partir de que interpelações sociais?

A região enquanto “di-visão”

Uma região, segundo Bourdieu (2007), seria uma “di-visão”, ou seja, produto de representações e processos sociais que a instituíram/instituem enquanto um recorte da realidade. Tal proposta articula os atos de dividir (recortar o espaço) e produzir categorias de interpretação da realidade, nas, concomitantes, interpretação e produção do mundo social.

Segundo o autor,

o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) (...). Os símbolos são os instrumentos por excelência da “integração social”: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (...), eles tornam possível o consenso acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social (2007, p. 9-10).

Que procedimentos teóricos e metodológicos estariam presentes em estudos acadêmicos em torno do reconhecimento científico da existência da região? Não acreditamos que tal resposta seja possível apenas com interpretações “intracentíficas”. Bourdieu nos guia para uma interpretação da realidade a partir de reflexões gnosiológicas. Como sujeitos

disputam simbolicamente, enquanto “sujeitos cognoscentes”, as representações da realidade, tendo, entre elas, a região enquanto uma “di-visão”?

Uma leitura bourdiana da realidade permite-nos uma interpretação do conceito de região através da análise de como processos de delimitação de fronteiras e construção de identidades se inserem na disputa simbólica pela produção do “entendimento da realidade”. De acordo com Heidrich (1999, p. 14),

o pensamento de Bourdieu decodifica a inversão a que estamos acostumados. Primeiramente é necessária a representação como modo de apropriar-se da questão, do argumento, de produzir a necessidade, e a partir daí, da região representada – do interesse restrito tornado territorialmente amplo -, torná-la real, como também a identidade dos que dela participam.

O processo histórico de emergência e consolidação de uma área enquanto uma realidade regional é interpretado, nesse caso, a partir da análise dos sujeitos sociais que a produziram, difundiram e consolidaram enquanto uma identificação regional. Muitas foram as regiões produzidas por diagnósticos e regionalizações estatais no mundo, significativamente após 1945 (ESCOBAR, 1996), mas o que fez algumas regiões serem apropriadas por grupos sociais enquanto referências, às vezes centrais, de sua vida social? Quais as particularidades dos processos que fizeram de regiões “administrativas” uma identidade coletiva?

Segundo Harvey (2009, p. 88), “na Europa, havia em 1500 mais de 500 unidades políticas, reduzidas a 23 por volta de 1920. (...) temos de compreender o processo de formação e dissolução de Estados em termos dos instáveis processos de globalização/territorialização”. Um complexo e contraditório processo na formação e desenvolvimento dos Estados-Nação modernos nos interessa aqui. Por um lado, o “patrimônio indiviso da nação”, termo de Thièsse (2014), através do qual divisões e particularidades locais tentaram ser suprimidas por uma identidade nacional em formação.

(...) a heterogeneidade cultural era a regra nos impérios, reinos e principados da era pré-nacional. As referências identitárias dos indivíduos eram determinadas por seu estatuto social, sua religião, seu pertencimento a uma comunidade local mais ou menos restrita e rica em todos os tipos de particularismos. A formação das identidades nacionais foi uma mudança total desse sistema de referência. A unidade foi estabelecida onde dominavam a disparidade e as fronteiras traçadas sobre espaços de continuum ou de imbricação identitária. As identidades existentes na era pré-nacional não foram devidamente abolidas logo nessa transformação: mas foram

reconfiguradas, redefinidas como caracterizações secundárias, subordinadas à identidade nacional (p. 33-34)

Por outro lado, o processo de unificação do território nacional moderno, apesar de unitário no que tange controle (territorial, jurídico e linguístico), ao invés de abolir particularismos (como discursivamente apontou ser um de seus alicerces), produziu estigmas negativos¹. Regiões distantes dos centros econômicos e políticos (não reduzimos aqui distâncias geográficas a distâncias físicas geométricas) sofreram um processo de valoração social, quase sempre negativa, objetivando, muitas vezes, a adequação das realidades ditas regionais à divisão territorial capitalista do trabalho, planejada por grupos hegemônicos via Estado. O binômio integração-fragmentação atravessa, significativa e historicamente, espacializações-subjetivações nacionais.

Destacamos uma segunda, indissociada, contradição histórica. O nacionalismo moderno se desenvolveu tendo o sujeito como seu alicerce de unidade. Almeida (2014), analisando a frase de Ernest Renan, “A nação é um plebiscito de todos os dias”, nos aponta:

É como se cada um de nós acordasse e se olhasse no espelho e dissesse: “eu quero continuar brasileiro”, ou “francês”, “argentino”, “estadunidense”, “venezuelano”, “alemão” etc. Segundo Renan, é a vontade de pertencer a uma ação – é essa vontade coletiva – que faz com que uma nação persista (p. 69).

O protagonismo do sujeito, por essa lógica, estaria no cerne da identidade nacional moderna. Para que a integração se realizasse, entretanto, espaços (enfatizaremos aqui os regionalizados) foram classificados, muitas vezes, estigmatizados para fins de que, por alteridade, áreas definidas como centrais se legitimassem como o modelo sociopolítico por excelência. Por um lado, temos a definição do sujeito como protagonista da identidade nacional e, por outro, sua negação através de um processo de subjetivação-objetificação subalternizada. Nesse caso, região, assim como sujeitos ditos regionais, passam a significar “desvio”.

Bourdieu aponta para a relevância do que ele denomina de a “luta das classificações”, que consistiriam nas “lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social”

¹Aprofundamos com mais elementos as relações entre espaço e estigma em Servilha (2019a).

(2007, p. 113). Segundo Haesbaert (2010, p. 23), “toda regionalização deve sempre ser considerada, também, um ato de poder – o poder de recortar, de classificar e, muitas vezes, também de nomear”. Encontramos na etimologia da palavra “região”, mecanismos de disputa e controle em torno da legitimação e do reconhecimento da realidade.

A etimologia da palavra região (*regio*), tal como a descreve Emile Benvenistre, conduz ao princípio da di-visão, acto mágico, quer dizer, propriamente social, de *diacrisis* que introduz por *decreto* uma descontinuidade decisória na continuidade natural (não só entre as regiões do espaço mas também entre as idades, os sexos, etc.). Regere fines, o acto que consiste em ‘traçar as fronteiras em linhas rectas’, em separar ‘o interior do exterior, o reino do sagrado do reino do profano, o território nacional do território estrangeiro’, é um acto religioso realizado pela personagem investida da mais alta autoridade, o rex, encarregado de regere sacra, de fixar as regras que trazem à existência aquilo por elas prescrito, de falar com autoridade, de pré-dizer no sentido de chamar ao ser, por um dizer executório, o que se diz, de fazer sobrevir o porvir enunciado. A régio e suas fronteiras (fines) não passam do vestígio apagado do acto de autoridade que consiste em circunscrever a região, o território (que também se diz fines), em impor a definição (outro sentido de finis) legítima, conhecida e reconhecida, das fronteiras e do território, em suma, o princípio de di-visão legítima do mundo social. Este acto de direito que consiste em afirmar com autoridade uma verdade que têm força de lei é um acto de conhecimento, o qual por estar firmado, como o todo o poder simbólico, no reconhecimento, produz a existência daquilo que enuncia (BOURDIEU, 2007, p. 113-114).

Interessa-nos compreender aqui a potência da categoria Bourdieuana “di-visão” enquanto possível “lente” para a compreensão das espacialização e subjetivação como processos co-constituintes.

Dicotomias espaciais

Se em escala global “Norte” tradicionalmente se refere a um espaço central e “Sul” a um subordinado/dependente, historicamente constrói-se no Brasil uma dicotomia inversa (mas com a mesma lógica) entre “Sul-Norte”, onde ao primeiro caberia o papel de direcionar os rumos políticos do país, tendo em vista seu dito potencial civilizador, diferente do segundo, adjetivado (pelo primeiro), enquanto atrasado, mestiço, bárbaro, indolente e inerte.

Segundo Andrade (1988, p. 5), “durante o Império e a Primeira República, os Estados hoje nordestinos eram chamados ‘do Norte’, admitindo-se que o país poderia ser dividido em duas porções: o Norte e o Sul, a primeira se contrapondo à segunda”.

Albuquerque Junior (2011) analisa como o Nordeste, no século XX, passa a ser caracterizado como uma especificidade do Norte, significado, estereotipado e diferenciado a partir de temas e imagens como a seca, o cangaço, as revoltas messiânicas e a miséria.

Áreas passam a ser vistas como “região”, caracterizadas a partir de determinadas homogeneidades, sendo, entretanto, produto de certos processos socioespaciais que a integram tanto quanto por outros que a fragmentam. No caso do Nordeste brasileiro, podemos destacar a lógica espacial dicotômica litoral-interior. O dito litoral, do glorioso passado dos tempos dos canaviais e dos grandes engenhos. O Nordeste visto por seu passado entre os lugares mais influentes e ricos do império português durante tempo significativo da colonização brasileira. Espaço agroexportador, fornecedor de açúcar beneficiado para a Europa, da “Casa Grande e Senzala”, da escravidão em larga escala (em especial no Recôncavo Baiano), da “capital intelectual” Recife, das batalhas militares contra os projetos coloniais holandeses, da Zona da Mata, da chegada primeira dos portugueses, das praias e belezas naturais. Em sua contraposição aparece o dito “entrave/enclave”, da caatinga e da cultura do boi, dos rios intermitentes, dos sertões, de Antônio Conselheiro, de Lampião e Maria Bonita, da seca, da miséria.

Diferentes espaços vistos por diferentes prismas. Se para Gilberto Freyre e a literatura regionalista nordestina o Nordeste canavieiro representava a centralidade da civilização/nacionalidade brasileira, para muitos outros, como Euclides da Cunha, o sertão nordestino cumpriria esse papel. O sertão brasileiro torna-se, em especial a partir de meados do século XIX (antes da ideia de Nordeste enquanto especificidade do Norte), tema de intelectuais e artistas de abrangência nacional. Alguns nele visualizaram o futuro que não se quer, um popular marcado pelo “antimoderno”, um “contraespelho”, a alteridadereférence² cuja superação seria imprescindível para a conquista de uma nova nação, um Brasil moderno. Outros enxergavam no sertão a essência do povo brasileiro, uma área afastada e, consequentemente, protegida das influências litorâneas europeias. Olhar para seu interior na busca pelo “verdadeiro país”, pela alma nacional, pelas essências e raízes de nossa identidade, constituiria um encontro do Brasil consigo próprio. O sertanejo torna-se, a partir dessa perspectiva, o “herói nacional” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011).

²Aprofundamos com mais elementos as relações entre alteridade e espaço em Servilha (2019b).

O Nordeste emerge, no princípio do século XX, já fragmentado pela dicotomização entre litoral e interior, diferenciado, sobretudo, pelas especificidades naturais do segundo. Segundo Albuquerque Júnior (2011, p. 81),

o termo Nordeste é usado inicialmente para designar a área de atuação da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), criada em 1919. Neste discurso institucional, o Nordeste surge como a parte do Norte sujeita às estiagens e, por essa razão, merecedora de especial atenção do poder público federal. O Nordeste é, em grande medida, filho das secas.

Uma região, segundo o autor, não emerge exclusivamente por decretos oficiais do Estado. Abordando uma questão central para esse trabalho, o autor disserta, com riqueza de informações e análises, sobre processos históricos através dos quais o Nordeste tornou-se, ao longo do século XX, um espaço referência para diferentes grupos sociais através do qual práticas culturais e/ou políticas foram produzidas. Podemos identificar três grandes campos de atuação, indissociáveis, em torno da significação do Nordeste enquanto região: 1. um espaço referência para artistas de diversas matizes, tais como os escritores Jose Lins do Rego, Rachel de Queirós e Ariano Suassuna, os pintores Cícero Dias e Lula Cardoso Ayres e o músico Luiz Gonzaga, que buscaram, através das artes, nos termos de Albuquerque Junior (2011), “a visibilidade e a dizibilidade” de sua “região natal”; 2. um espaço referência para um regionalismo político conservador que, como nos mostram também Oliveira (1981), busca o “fechamento da região” para manutenção e reprodução de relações de poder; 3. um “espaço-referência” negativo aos olhos e projetos políticos do Sul/Sudeste, através do qual o “Sul” conquista uma posição de destaque no cenário brasileiro. Um espaço referência para o Estado Moderno e seus projetos de controle territorial, regionalização e desenvolvimento regional: uma “região-problema”.

A partir de autores como Albuquerque Júnior (2010) e Heidrich (2005), destacamos que nas disputas entre os movimentos Modernista e Regionalista, na primeira metade do século XX (em especial na década de 1920), estaria presente não somente divergências “artístico-intelectuais”, mas um processo no qual o Brasil, e sua divisão (ou “divisão”), estariam problematizados. Que regiões seriam (e de que forma estariam) “contempladas” no projeto nacional? Que “brasilidade” estaria sendo produzida? A partir de que “brasis”? Uma questão regional, portanto, se apresentava, na qual conflitos entre

Regionalistas e Modernistas representava, também, uma disputa em torno da definição de “verdades” sobre a região, assim como definições sobre o “lugar” das mesmas na construção de um “Brasil/brasilidade-devir”.

O movimento associado ao modernismo deparava-se com uma controvérsia: enquanto dele partia a apresentação do estado paulista como um ponto de partida da unificação nacional, como expressão da vida moderna, caracterizada pelos processos de urbanização e industrialização, a ele opunha-se o pensamento que foi expresso no Manifesto Regionalista do Nordeste – de 1926 -, defensor das tradições regionais e das regiões enquanto unidade de organização nacional. (...) A base territorial da identidade cultural em construção apresentava-se duplamente referenciada: na nação e na região (HEIDRICH, 2005, p. 216).

Através de uma dicotomização entre Norte e Sul, produziram-se dois espaços, dois distintos “Brasis”³. “O ‘Norte’ é o exemplo do que o ‘Sul’ não deveria ser, o modelo contra o qual se elabora a ‘imagem civilizada do Sul’” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2010, p. 75). Esse ponto é de grande relevância para as reflexões negritadas nesse trabalho. Em primeiro lugar para evidenciar que processos de divisão espacial são indissociáveis de processos de subjetivação. Em segundo lugar, que processos de espacialidade, constituídos e constituintes de processos de subjetivação, devem ser analisados a partir de um olhar atento a processos de classificação e hierarquização de sujeitos.

Processos de delimitação de identidades/alteridades socioespaciais são ressaltadas pelas análises de Quijano (2005) acerca das relações América/Europa. Em torno da ideia de “índios”, povos foram homogeneizados, assim como os seus espaços de origem, a “América”, tanto quanto o seu papel “natural” na divisão social do trabalho: servos. Diversos outros povos foram homogeneizados ao longo da expansão colonial como “negros”, associados a um espaço igualmente visto pelo olhar imperial como homogêneo, a “África”, também cumprindo papel específico na divisão do trabalho: escravos. Aos “brancos”, homogeneizados como “Europeus”, em *alteridade* aos outros povos, coube o papel de mando e, futuramente, de trabalho assalariado (QUIJANO, 2005). Destacamos, neste trabalho, o processo/mecanismo sociocultural coletivo de invenção do “outro” para a construção de identidades, nos termos de Quijano, “geoidentidades”. Segundo o autor

³ A tese da existência e convivência de dois “Brasis” está presente no pensamento de Euclides da Cunha e influenciou obras como Cândido (2001). Nessa interpretação, entretanto, a divisão do país se dá, não em Norte/Sul, como aqui analisamos, mas na, já mencionada, dicotomia litoral/interior: “um Brasil” do litoral, moderno, industrializado, e um “outro Brasil”, relativamente autônomo, do interior, agrário e atrasado.

a América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira *id-entidade* da modernidade(...). Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova id-entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus (2005, p. 228-229).

Said (2007) analisa essa questão nos processos de “invenção” do Oriente pelo Ocidente. Sociedades que conviveram na Península Ibérica, e lá produziram trocas e “coautorias” socioculturais por séculos (antes de 1500), passam, em determinado momento histórico, a se verem divididas por uma fronteira que objetivava se estabelecer como “natural” e a-histórica. Subjetivações e classificações sociais (coloniais) produzem, a partir da “invenção do Outro-Oriente”, espaços e sociedades dicotomizados. O Oriente torna-se, da mesma forma que a América, um espaço referência a partir do qual a Europa se diferencia enquanto centro civilizatório mundial.

Norte e Sul são clássicas divisões geográficas que nos permitem recortes do espaço em escalas global e nacional. Apontaremos reflexões acerca de tal processo de divisão espacial em uma terceira escala: a estadual. Minas Gerais, estado da “região Sudeste” que faz divisa com a “região Nordeste”, possui como uma de suas especificidades uma participação no projeto de modernização da nação brasileira que o dividiu em áreas por vezes vinculadas aos centros ditos civilizadores nacionais e outras áreas por vezes associadas às mesmas representações negativas sofridas pelo Nordeste do país.

O projeto estatal brasileiro de modernização, iniciado nos anos 1930, potencializou-se ao longo das décadas de 1950 e 60, trazendo Minas Gerais como um dos centros propulsores deste novo modelo social. João Pinheiro, na primeira metade do século XX, e Juscelino Kubitschek e Israel Pinheiro, em meados, estão entre aqueles que se dedicaram ao “sonho” de uma Minas e um Brasil modernos, urbanos e industrializados (CHACON, 2005). Um país, pensava-se, de olhos para o futuro, de costas para um passado marcado, em especial, pelo atraso, pela necessidade de progresso. Um país em processo histórico, ainda, de construção de elementos, simbólicos e narrativos, em busca de sua unidade nacional.

O estado de Minas Gerais viveu, a partir da década de 1950, a intensificação de seu processo de integração e modernização. Muito desse processo se deveu ao nacional-desenvolvimentismo articulado em escala estadual e nacional por, entre outros, Juscelino Kubitschek.

O perfil desenvolvimentista de Juscelino configurou-se bem cedo, quando ainda era prefeito de Belo Horizonte e, depois, governador de Minas Gerais. Mas foi em sua campanha à presidência da República e, sobretudo, durante sua administração que o desenvolvimento ou nacional-desenvolvimentismo se consolidou como um estilo de governo e como um projeto social e político para o Brasil, cujos traços essenciais eram o compromisso com a democracia e com a intensificação do desenvolvimento industrial do tipo capitalista (MOREIRA, 2008, p. 159).

Segundo o autor, o modelo de industrialização adotado por Juscelino não era novidade no país, já sendo observado nas políticas de Vargas durante o Estado Novo. Nem tampouco se esgotou com o fim do governo JK, podendo ser percebido com novo fôlego no governo militar. Minas Gerais sofreu transformações significativas a partir de políticas nacional-desenvolvimentistas que objetivavam, ou necessitavam para fins de atingir objetivos estratégicos, a integração territorial do estado.

Tal integração passava a se tornar elemento central da política e da busca pela “modernidade” de Minas Gerais. A busca pela unidade socioespacial pressupõe dois processos centrais indissociáveis: a coesão territorial e a identidade coletiva. Necessitava Minas, portanto, da articulação de políticas que materializassem a integração de suas áreas mais distantes, pensadas a partir de um centro articulador, a (recente) capital, associadas à construção de um sentimento de pertencimento de sua população às expectativas de um novo estado, uma Minas moderna. A capital, Belo Horizonte, torna-se o espaço referência do futuro que se quer, enquanto regiões marcadamente rurais tornam-se o espaço referência de um passado a ser superado.

O chamado “sertão mineiro” deveria ser incorporado a uma nova política. Segundo Moraes (2009), a expressão sertão não se refere a áreas com fronteiras e características geográficas bem definidas, mas a uma “ideologia geográfica”.

A relação entre sertão e colonização emerge como evidente numa (...) característica comum presente nas imagens construídas: a designação sertaneja para ser formulada necessita de um contraponto que lhe forneça sentido por diferenciação. Isto é, o sertão só pode ser definido pela oposição a uma situação geográfica que apareça

como sua antípoda. Trata-se, portanto, de construção de uma identidade espacial por contraposição a uma situação dispare que, pela ausência, lhe qualifica (...) como parte de uma realidade vista como cínica e dual, na qual a condição sertaneja ocupa a posição negativa ou subordinada (...). Nessa visão o contraponto se estabelece com a zona costeira, tida como referente negativo (o “outro”) na caracterização da condição sertaneja. Em suma, o sertão para ser identificado demanda o levantamento do seu oposto: o não-sertão. Visto como o lugar que possui as características de positividade ali inexistentes. (...) trata-se de uma imagem construída por um olhar externo, a partir de uma sensibilidade estrangeira e de interesses exógenos, que atribuem àquele espaço juízos e valores que legitimam ações para transformá-lo (p. 91-92).

Um projeto modernizador de Minas Gerais significava, entre outras coisas, a apropriação simbólica e material do “sertão mineiro”, a ser ocupado por novas práticas socioespaciais para fins de sua incorporação a um processo de reordenamento do território do estado, em construção⁴.

O espaço, pensado e incorporado segundo a lógica de centros de poder, recebe novas diferenciações, novos recortes regionais. Retomamos aqui o processo de unificação moderna que, apesar de discursivamente homogeneizador, ao invés de abolir particularismos, produziu, como alerta Bourdieu (2007), estigmas negativos.

A integração territorial objetivada e promovida pelo Estado brasileiro nesse período, através da chamada “conquista do cerrado” (PENNA, 2005), aponta-nos para a desvalorização de regiões classificadas como passíveis de ocupação e apropriação econômica. Um “olhar moderno” deveria revelar o potencial territorial nacional dando luz a espaços agora passíveis de serem incorporados aos novos recortes regionais sob o sentimento coletivo de “brasilidade”. Para que eclodem novos sentimentos de pertencimento regional/nacional, fundamenta-se, segundo Albuquerque Junior (2010, p. 46), uma nova “relação entre olhar e espaço trazida pela modernidade e pela sociabilidade burguesa, urbana e de massas”. Para que uma Minas moderna floresça, novas regiões devem ser, e serão, produzidas.

O autor nos alerta, ao debater a história do Nordeste brasileiro, que a

história regional retrospectiva busca dar à região um estatuto, ao mesmo tempo universal e histórico. Ela seria restituição de uma verdade num desenvolvimento histórico contínuo (...). A região é inscrita no passado como uma promessa não realizada, ou não percebida; como um conjunto de indícios que já denunciavam sua existência ou a prenunciavam. Olha-se para o passado e alinha-se uma série de fatos, para demonstrar que a identidade regional já estava lá (2010, p. 89).

⁴Aprofundamos tal processo com mais elementos em Servilha (2015).

A busca de unidade revela fragmentações, visibiliza diferenças, aponta obstáculos para uma integração desejada. “Descobrir” o Brasil perpassava, nesse sentido, pela compreensão da diversidade socioespacial brasileira, tanto quanto pela sua sistematização de forma a propiciar condições reais para a construção de um projeto nacional. Áreas tornam-se uma região delimitada político-administrativamente, com características analisadas segundo interesses estatais (nem sempre públicos). Uma “região instrumento de ação”⁵ (Haesbaert, 2010), uma “região-plano”⁶ (Castro, 1992), uma articulação proposta a partir de atores e rationalidades específicas que buscam, via políticas estatais, a regionalização e o controle do território nacional.

Região e sujeito

O presente trabalho precisa enfrentar a perigosa seara da dicotomização de processos materiais e simbólicos, ou nas palavras de Lefebvre (2006, p. 34), “un dualismo de lo abstracto y de lo real”. Partimos da premissa de que discursos e práticas devem ser interpretados de forma indissociável, pautada na compreensão dos mecanismos discursivos através dos quais recortes espaciais são produzidos, assim como nossas “geografias imaginárias” alicerçadas no contínuo deslocamento mútuo produzido entre discursos e bases materiais regionais. Os riscos desse dualismo não se limitam à produção de uma dicotomização, a nosso ver indesejada, podendo gerar, também, a desconsideração das possibilidades de ressignificação “deste regional” através de práticas, através do plano do vivido.

Segundo Pesavento (1999, p. 16), “o real é, ao mesmo tempo, concretude e representação”. Como nos sugere Lefebvre, as representações não se constituiriam em “alterações do real e do verdadeiro”.

Lasrepresentaciones no puedenpasarsolamente por alteraciones de lo real y de lo verdadero, por máscaras y mascaradas, como en la teoría habitual de las “ideologías”. El modo de existencia de lasrepresentaciones solo se concibe

⁵ De acordo com Haesbaert (2010), uma “região instrumento de ação” refere-se a uma região efetivamente produto das ações de sujeitos sociais, entre os quais pode-se destacar o Estado, através de planejamentos e intervenções.

⁶ Segundo Castro (1992, p. 36), “região-plano” refere-se a uma região cuja “delimitação é tecnicamente definida para a aplicação de uma determinada estratégia de desenvolvimento”.

tomando encuentras condiciones de existencia de tal o cual grupo, pueblo o clase. Proceden de una coyuntura o conjunción de fuerzas en una estructura social en que existen grupos, castas, clases, pero se dirigen a toda la sociedad; representan la figura, la imagen que un grupo (o casta, o clase) da de si, unas veces para los demás, otras veces para sí, sin que una cosa excluya la otra (LEFEBVRE, 2006, p. 66).

Assim como Albuquerque Júnior, não analisamos aqui discursos como “uma verdade sobre a região, mas como monumentos de sua construção” (2012, p. 35). Não migraremos, entretanto, da recusa do representacional para a ideia de sua suficiência. Transcendendo uma análise exclusivamente discursivo-regional, nos parece fundamental apontamentos para processos nos quais representações e apropriações materiais do espaço estão completamente imbricados. A genealogia que busca os iniciais processos que possibilitam a “invenção regional” deve ser acompanhada, posteriormente, pela análise de práticas, sociabilidades e organizações constituídas em decorrência de tal “di-visão”, através do que chamaremos aqui, a partir de Haesbaert (2010, p. 70), de um “elo prático-discursivo”.

Como divisões do espaço são reproduzidas e que ordens sociais reproduzem? Como as representações em torno dos atos de delimitar e classificar regiões estão em disputa? Como diferentes grupos sociais apontam para diferentes mecanismos de representação regional e, consequente, representação da “população regional”? Como a leitura acerca da existência de uma “realidade regional” está em disputa via diversificadas (complementares e/ou contraditórios) práticas e discursos representacionais?

Como nos aponta Moraes (2005, p. 15-16),

todos sabemos que as formas espaciais são produtos históricos. O espaço produzido é um resultado da ação humana sobre a superfície terrestre que expressa, a cada momento, as relações sociais que lhe deram origem. (...) Esta produção social do espaço material, esta valorização objetiva da superfície da Terra, esta agregação de trabalho ao solo, passa inapelavelmente pelas representações que os homens estabelecem acerca do seu espaço. Não há humanização do planeta (...) sem uma valorização subjetiva do espaço.

Determinados “discursos regionais” são aqui analisados enquanto um discurso sobre o “outro”, sobre espaços e sujeitos objetivados para fins de domínios e controles (econômicos-sociais-territoriais). Falamos aqui de processos de subjetivação (o “nordestino”, o “africano”), muitas vezes através da simultânea objetivação, ao criar/inserir espaços e sujeitos em integrações materiais e simbólicas subalternadamente. Por outro lado, “discursos

regionais” se resumiriam à “subjetivação-objetificação” do “outro”? Negritamos aqui que processos de dominação são marcados pela insubordinação. A delimitação de uma região enquanto “espaço-objeto” classifica sujeitos, em outras palavras, os subjetiva hierarquicamente, mas pode ser ressignificada, até mesmo a ideia de sua existência, a partir de novas rationalidades, práticas e desejos coletivos.

Segundo Bourdieu (2007, p. 125),

o estigma produz a revolta contra o estigma. (...) É, com efeito, o estigma que dá à revolta regionalista ou nacionalista, não só as suas determinantes simbólicas mas também os seus fundamentos económicos e sociais, princípios de unificação do grupo e pontos de apoio objectivos da acção de mobilização.

Racionalidades podem produzir contra-racionalidades. Estigmas podem produzir “contra-estigmas”, em torno de disputas entre diferentes interesses e grupos sociais referentes à produção simbólica de identidades socioculturais e socioespaciais coletivas, de disputas por significação de “si” e do “outro”, imersas em relações verticalizadas de poder; destacamos novamente: do “poder de poder dizer” (BOURDIEU, 2007). Analisamos aqui a região a partir de um “regime de representações” ou “regimes de verdade” (BHABHA, 2007) inseridos em um campo social de disputas simbólicas.

Surgem discursos, imagens e perspectivas destoantes. Estigmatizado, tenho de me descobrir, me reinventar, me dizer. “Somos pobres como nos dizem?”; “Não há riquezas na minha região?”; “Somos subdesenvolvidos?”; “O que significa ser subdesenvolvido”; “Somos pobres por falta de riquezas?”; “Somos exclusivamente miseráveis?”; “Quem disse?”⁷. Muitos atores sociais não satisfeitos com os estigmas socioespaciais sofridos se organizam coletivamente em busca da construção e difusão de um “contra-discurso”, de um novo olhar espacial, de novas significações e adjetivações regionais, de novas subjetivações. Novos fatos, ideias e imagens são acionados por sujeitos sociais para fins de auto-reconhecimento e legitimação de diferentes qualificações valorativas da região, em suma, de mostrar outros “nós”.

A história da emergência do que podemos chamar de “região normativa” (HAESBAERT, 2010), definida pelo Estado, permite-nos enfrentar a referência espacial não para uma explicação que a reproduza (e, muitas vezes, a naturalize), mas para a compreensão

⁷ Sobre a temática do estigma, sugerimos a leitura de Goffman (2008).

de um contexto sociocultural a partir do qual determinados grupos sociais irão construir novas perspectivas, significações e discursos sociais. Falamos de um “pano de fundo” para a emergência de “subversivas” identificações regionais, a partir, e em torno da qual, sujeitos sociais se mobilizarão, se articularão, se organizarão.

Segundo Abbagnano (2012, p. 1096), o conceito de sujeito refere-se a

dois significados fundamentais: 1º aquilo de que se fala ou a que se atribuem qualidades ou determinações ou a que são inerentes qualidades ou determinações; 2º o eu, o espírito ou a consciência, como princípio determinante do mundo do conhecimento ou da ação, ou ao menos como capacidade de iniciativa em tal mundo. Ambos esses significados se mantêm no uso corrente do termo: o primeiro na terminologia gramatical e no conceito de S. [sujeito] como tema ou assunto do curso; o segundo no conceito de S. [sujeito] como capacidade autônoma de relações ou de iniciativas, capacidade que é contraposta ao simples ser “objeto” ou parte passiva de tais relações.

Araújo (2007) nos aponta para processos de subjetivação alicerçados em rationalidades taxonômicas. A partir da estruturação desistemas de signos, podemos dizer que a espacialização-subjetivação (“nordestino”, “africano”) pressupõe, nas palavras do autor, uma “positividade da igualdade suposta”, utilizada para classificação de espaços e sujeitos, aqui associáveis ao primeiro significado apresentado por Abbagnano. Uma contraracionalidade, entretanto, é produzida na vida social por sujeitos insurgentes. A espacialização-subjetivação” está, nesse caso, associada ao segundo significado dissertado pelo autor, a partir do qual o conceito de sujeito refere-se aos pares sujeito/objeto correlacionados aos pares autonomia/dependência e/ou iniciativa/passividade

Lima (2014, p. 9) analisa homens e mulheres tomados como “sujeito de seu próprio horizonte objetivo geográfico (...) em seus mais variados modos de existências (...) em seu caráter criativo e transformador das condições objetivas de existência e, principalmente, de sua realidade geográfica”. Segundo o autor,

tudo leva a crer que a geografia só sustentará sua própria démarque na atual conjuntura se o seu domínio de significação contemplar o homem reproduzindo e compreendendo a si mesmo à medida que reproduz e compreende o espaço – o objeto, a um só tempo, da investigação geográfica e da produção social (p. 9).

Se, na luta pelo “poder de poder dizer”, de um lado, “representações regionais” presentes em discursos dominantes enquanto “retrato da realidade” permitem a produção de

estigmas/esterótipos epráticas de controle territorial e social, de outro, novas formas de ressignificação da região, em torno de outras linguagens, permitem a produção de uma identificação regional enquanto mecanismo de disputa pelo “poder de poder (*se*) dizer”. Dizemos aqui da interrelação fundamental entre identidade, subjetividade e discurso.

Os termos “identidade” e “subjetividade” são, às vezes, utilizados de forma intercambiável. Existe, na verdade, uma considerável sobreposição entre os dois. “Subjetividade” sugere a compreensão que temos sobre o nosso eu. O termo envolve os pensamentos e as emoções conscientes e inconscientes que constituem nossas concepções sobre “quem nós somos”. A subjetividade envolve nossos sentimentos e pensamentos mais pessoais. Entretanto, nós vivemos nossa subjetividade em um contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e no qual nós adotamos uma identidade. Quaisquer que sejam os conjuntos de significados construídos pelos discursos, eles só podem ser eficazes se eles nos recrutam como sujeitos. Os sujeitos são, assim, sujeitados ao discurso e devem, eles próprios, assumi-lo como indivíduos que, dessa forma, se posicionam a si próprios. As posições que assumimos e com as quais nos identificamos constituem nossas identidades (WOODWARD, 2009, p. 55).

Como nos aponta Pesavento (1999, p. 18),

discurso e a imagem, mais do que meros reflexos estáticos da realidade social, podem vir a ser instrumentos de constituição de poder e transformação da realidade. (...) a representação do real, ou o imaginário, é, em si, elemento de transformação do real e de atribuição de sentido ao mundo.

Análises dos processos de espacialização se complexificam ao mirarem processos através dos quais sujeitos sociais podem lograr maior autonomia sobre a forma como são representados e a forma como constroem, a partir daí, seus próprios modelos sociais e culturais em busca de autodeterminação. Falamos aqui de “regimes de representação em disputa” (ESCOBAR, 1996), acionados através de uma força coletiva capaz de, ao colocar em xeque, ao menos em parte, rationalidades históricas alicerçadas na desqualificação-deslegitimização-dominação-apropriação do “outro”, construir coletivamente condições para a emergência de sujeitos sociais e de novas significações para o espaço.

Considerações Finais

Muitas tem sido as contribuições contemporâneas para que os processos de divisão do espaço, entre eles o de regionalização, não se invisibilizem em meio a tantas outras relevantes questões para a Geografia e outras áreas do saber. Segundo Horta (2012, p. 143) (em diálogo com Alejandro Benedetti), a partir de uma abordagem regional geográfica crítica, um conceito analítico de “região político-cultural” “recupera a ideia da construção subjetiva do espaço pelo (sujeito) coletivo”, reconhecendo, em ambos, suas dimensões materiais e simbólicas.

Para Haesbaert (2010, p. 181),

se a região e a regionalização não desapareceram, não é somente porque a diferenciação e/ou a ‘desequalização’ do mundo continuam fortes, mas também porque, numa visão mais integrada e vivida e não simplesmente funcional e classificatória de região, continuam vivos os movimentos, as identidades, as representações e as políticas ditas regionais.

No mundo contemporâneo, alicerçadas nos processos de espacialização e subjetivação historicamente produzidos, novas divisões do espaço, assim como novas formas de produzi-las, nos desafiam ao reconhecimento de seus sujeitos e à análise de seus axiomas e métodos. De que formas espacializações e subjetivações seculares participam hoje dos arranjos e processos de reorganização do mundo? Que sujeitos, e através de que movimentações, desloca(ra)m “di-visões”, então estáveis, desnaturalizando e (re)inventando disputas pela definição de verdades? Como as novas formas de vivência e organização da vida no século XXI modificam, sendo modificadas, as maneiras como dividimos o espaço nacional na modernidade?

Quanto mais complexificadas se tornam as relações de espacialidade, mais desafiadoras, ao mesmo tempo necessárias, são as interpretações das mesmas segundo seus sujeitos de representação, identificação e ação. Elaborações sobre a experiência humana de “geo-grafar”, em meio a “di-visões”, são, a nosso ver, questões de alta relevância para a contemporaneidade.

Referências Bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo, Martins Fontes, 2012.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. São Paulo, Cortez, 2011. 376 p.

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. Estado-Nação e ideologia: elementos para uma discussão. In. GAUDIO, Rogata Soares Del e PEREIRA, Doralice Barros (Orgs.). *Geografias e ideologias: submeter e qualificar*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014.

ANDRADE, Manuel Correia de. *O Nordeste e a questão regional*. São Paulo, Ática, 1988. 70 p.

ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de. “Identidade” e “território” enquanto simulacros discursivos. In: ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de, HAESBAERT, Rogério (Orgs.). *Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro, Access, 2007. p. 12 – 36.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. São Paulo, Ática, 1983. 191 p.

CASTRO, Iná Elias de. *O mito da necessidade*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1992. 247 p.

CHACON, Vamireh. A genealogia do nacional-desenvolvimentismo brasileiro: João Pinheiro, Vargas, JK e Israel Pinheiro. In: GOMES, Ângela de Castro. *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2005. p. 193 – 215

ESCOBAR, Arturo. *La invención del Tercer Mundo: construcción y desconstrucción del desarrollo*. Bogotá, Editorial Norma, 1996.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: nota sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, LTC, 2008.

HAESBAERT, Rogério. *Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2010. 208 p.

HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo, Loyola, 2009.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Região e regionalismo: observações acerca dos vínculos entre a sociedade e o território em escala regional. In: *Boletim Gaúcho de Geografia*, n. 25. Porto Alegre, AGB, 1999.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Aspectos culturais da construção da regionalidade gaúcha. In: BASSO, Luís Alberto et all (org.). *Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em construção*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2005. p. 215 - 232

HORTA, Célio Augusto da Cunha. Geografia Humana: “desregionalização” (in)consequente? In. *Revista Terra Livre*, São Paulo, Ano 28, V.1, n.38, p.121-146, Jan-Jun 2012

LEFEBVRE, Henri. *La presencia y la ausencia. Contribución a la teoría de las representaciones*. México, Fondo de Cultura Econômica, 2006a. 305 p.

LIMA, Elias Lopes de. *Encruzilhadas geográficas: notas sobre a compreensão do sujeito na teoria social crítica*. Rio de Janeiro, Consequência, 2014.

MORAES, Antônio Carlos Robert. A questão do sujeito na produção do espaço. In. _____. *Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo, Annablume, 2005

MORAES, Antônio Carlos Robert. O sertão: um “outro” geográfico. In. _____. *Geografia histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica*. São Paulo, Annablume, 2009

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge. *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008. p. 155 - 194

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(ligião): SUDENE, Nordeste, planejamento e conflitos de classes*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981. 137 p.

PENNA, João Camilo. Israel Pinheiro e o desenvolvimento de Minas Gerais. In: GOMES, Ângela de Castro. *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2005. p. 288 - 332

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. In: *Cuadernos Del Sur História*, Bahia Blanca, v. 28, 1999. p. 235-255

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDRE, Edgardo. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires, CLACSO, 2005. P. 227-278

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007. 521 p.

SERVILHA, Mateus de Moraes. *Quem precisa de região? O espaço (dividido) em disputa*. Rio de Janeiro, Consequência, 2015, 416 p.

SERVILHA, Mateus de Moraes. Espaço, estigma e sujeito: reflexões na produção de uma Geografia Social Crítica. In. *Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia*(Anpege).p.36-66, V.15, n.26, jan./mar. 2019a.

SERVILHA, Mateus de Moraes. Espaço, outridade e educação: os desafios do ensino de geografia na contemporaneidade. In. *Revista Terra Livre*.p.124-163, Ano 34, V.2, n.53, 2019b.

THIÈSSE, Anne-Marie. As identidades nacionais: um paradigma transnacional. In. GAUDIO, Rogata Soares Del e PEREIRA, Doralice Barros (Orgs.). *Geografias e ideologias: submeter e qualificar*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014.